

Informação em movimento

Produção e organização do conhecimento
nos espaços sociais

*Regina Maria Marteleto
Leila Beatriz Ribeiro
Cátia Guimarães¹*

Introdução

No campo científico, a temática “conhecimento, informação, comunicação e sociedade” vem merecendo ultimamente uma maior atenção, em diferentes contextos, o que se explica pelo novo quadro cultural e econômico que se configura no ambiente da globalização. Os paradigmas prevaletentes algumas décadas atrás, baseados em premissas de estocagem, provisão e difusão, já não alcançam poder interpretativo ou analítico dos fenômenos da comunicação e da informação, no contexto das redes e das novas tecnologias.

Os novos paradigmas devem aprofundar a questão dos antigos e dos recentes modos de cognição na sociedade, e das políticas alternativas de gestão dos

¹ *Regina M. Marteleto* é doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação MCT/IBICT-UFRJ/ECO.

E-mail: martelet@dep.ibict.br.

Leila B. Ribeiro é doutoranda em Ciência da Informação no mesmo Programa e atua no Departamento de Processos Técnico-Documentais da UNIRIO. E-mail: leilabriereiro@unirio.br.

Cátia Guimarães é Graduada em Comunicação Social pela UFRJ e bolsista do CNPq. E-mail: catiaguimaraes@infolink.com.br

conhecimentos e de transferência de informações, com base na evidência do valor do conhecimento nas sociedades atuais e do seu papel-chave no desenvolvimento e democratização do Estado, do mercado e da sociedade civil.

Nas ciências sociais, a questão do conhecimento e suas formas de produção e organização na esfera da sociedade civil, ainda é pouco desenvolvida. Na literatura mais específica dos movimentos sociais, costuma ser estudada pelo ângulo da “educação popular”, com foco na relação pedagógica entre intelectuais e povo, muitas vezes com uma idealização do conhecimento popular. Pouca atenção vem sendo dada à possível combinação entre as formas teóricas e práticas de conhecer e às suas configurações comunicacionais e informacionais, como meios para a criação de políticas de gestão dos conhecimentos pelos grupos, indivíduos e entidades nos movimentos e espaços da sociedade civil.

Hoje os movimentos sociais, em que pesem suas transformações ao longo do tempo, formam extensas redes de contatos entre entidades, grupos e organizações que buscam, por diferentes meios e a partir de cosmovisões diversas, organizar práticas de intervenção social em torno do acesso e da expressão nos meios simbólicos e materiais de promoção social e de cidadania.

No Brasil os movimentos sociais têm sua matriz histórica e ideológica na “educação popular”, desde as décadas dos anos 50 e 60. Nas últimas décadas, suas práticas e filosofias foram se incorporando nas organizações não-governamentais de assessoria e apoio popular, que têm ação local, junto a comunidades, mas com ramificações regionais e internacionais. Os agentes dos movimentos organizam *práticas político-pedagógicas* de intervenção social com mediações comunicacionais e informacionais entre diferentes discursos, cosmovisões e interesses que buscam agir em torno de objetivos comuns.

Nesses intentos produzem modos próprios de organizar os conhecimentos, de gerir as comunicações e as informações, que precisam ser considerados nos dias de hoje, quando os discursos oficiais – do Estado, da ciência, do direito – lançam as bases políticas, econômicas e tecnológicas para a promoção das “sociedades da informação”, como fenômenos necessários e naturais do mundo globalizado.

Nesse trabalho é realizada uma breve revisão dos princípios da “educação popular”, dos movimentos sociais e suas entidades atualmente mais representativas – as organizações não-governamentais – de modo a inserir e discutir a ques-

tão do conhecimento na sociedade e de suas configurações de comunicação e informação, com base na idéia de *terceiro conhecimento*.

Educação popular

O que hoje se denomina educação popular tem suas raízes históricas no final da década de 50, início dos anos 60, quando havia no Brasil uma grande mobilização nacional por mudanças, por reformas de base, na cidade e no campo: reforma agrária, reforma sindical, reforma política, reforma de educação. É quando a educação popular começa a ganhar dinamismo e projeção, marcada por ideais de intervenção social, de referência à justiça social e à democracia, de transformação da realidade das condições de vida de classes e grupos populares. Havia então um clima de debate sobre a teoria e a prática da educação popular e seu papel na transformação social: as referências teóricas e metodológicas propostas por Paulo Freire, pelo Movimento Popular de Cultura, pelos Centros Populares de Cultura (CPC's) da UNE (União Nacional dos Estudantes), pelo MEB (Movimento de Educação de Base) e por tantas outras iniciativas voltadas para a valorização e fortalecimento da cultura popular.

Essa fase inicial da educação popular é interrompida pela intervenção militar e um período autoritário que dura 25 anos, até meados dos anos 80. A educação popular continua existindo, de forma mais discreta e local, abrangendo em sua filosofia, ideologia e prática não apenas a alfabetização ou o campo escolar, mas todas as intervenções junto aos grupos populares, no sentido de um trabalho educativo.

O “paradigma da educação popular” é compreendido como um conjunto de idéias políticas, filosóficas e pedagógicas cujos pontos de honra são a valorização da cultura popular; a centralidade atribuída ao diálogo, à ética e à democracia no processo de construção de relações sociais mais justas; a necessidade de ter como referência constante, ao longo de qualquer processo pedagógico ou de mudança social, a realidade de vida das pessoas e a forma como eles encaram esta realidade – a relação entre conhecimento e politização, entre educação e movimentos sociais; a atenção ao pequeno, ao cotidiano.

Além disso, acredita-se que o conhecimento é produto e condição do trabalho, e da cidadania. O acesso a conhecimentos e informações significa a possibilidade de agir conhecendo e avaliando as coordenadas da ação e do seu contexto.

Nesse sentido, conhecimento é uma atividade não neutra do ponto de vista da proposta social que se quer construir. Por outro lado, conhecimento não é sinônimo de ciência, mas fruto de diversas formas e modos de produção dos saberes. O conhecimento científico é um, entre muitos modos de conhecer. (Costa 2000)

As organizações não-governamentais (ONGs)

Nos anos 80 começa a ganhar visibilidade no país um conjunto de entidades cujas práticas são prioritariamente locais e voltadas para objetivos de assessoria aos movimentos sociais – as ONGs – que são privadas porém com atuação na esfera pública. Pode-se afirmar que parte considerável dessas organizações dão seqüência, com novos traçados, às iniciativas de educação popular de décadas anteriores, com propósito de contribuir na luta geral pela redemocratização do país e fortalecimento das organizações populares.

A perspectiva é de produzir novos tipos de conhecimentos e democratizar informações, cuja referência nesse período é o IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Uma das características dessas organizações no período, em relação à educação popular, é que a assessoria aos movimentos e grupos populares passa a se realizar por conteúdos temáticos e especializações: orçamento público, formação sindical, produção alternativa no campo, ecologia, grupos minoritários, dentre outros. Soma-se à especialização temática, a preocupação com a profissionalização dos quadros das ONGs e sua tentativa de se organizarem como campo institucional legitimado e com visibilidade na sociedade.

Os especialistas dessas organizações, para realizar seu trabalho de assessoria aos movimentos sociais, utilizam-se de teorias e métodos do conhecimento teórico e histórico, em ações de mediação comunicacional e informacional, o que supõe o reconhecimento e o diálogo com outras formas de conhecer, de produzir informações e organizar a comunicação para a tomada de decisões nas práticas de intervenção social.

Enquanto um campo que engloba um conjunto amplo de atividades e projetos, dentre eles os remanescentes das práticas de educação popular, as ONGs formam hoje um universo multifacetado, no quadro da realidade social, política e econômica em mudança. Há necessidade de se entender a relação da educação, da organização do conhecimento na sociedade e das práticas dos movimentos

sociais e das ONGs com o projeto neoliberal, com a reestruturação produtiva e o processo de globalização.

As organizações não-governamentais constituem, a partir da década de 1990, as entidades mais representativas do que se convencionou chamar de “terceiro setor”, termo que abarca diferentes iniciativas de grupos, fundações, associações na esfera da sociedade civil, desde práticas assistencialistas, filantrópicas, de responsabilidade social de empresas, até aquelas referentes às ações político-pedagógicas de educação popular.

Atualmente existem duas maneiras de se entender o papel das ONGs e o seu espaço no terceiro setor. A primeira engloba a ótica do Banco Mundial e outras instituições multilaterais, que vêem naquelas organizações um importante papel de executoras de políticas sociais, articulado e complementar à ação do Estado. Em outra vertente crítica da política neoliberal é necessário repensar a atuação das ONGs no espaço do terceiro setor, retomando os princípios políticos e filosóficos da educação popular, que têm em Paulo Freire uma de suas matrizes importantes, que traz o ser humano como produtor da sociedade, por meio do seu trabalho. Tem-se hoje uma sociedade que exclui o cidadão do trabalho, excluindo-o portanto de participar do seu destino. E quando se exclui o cidadão do trabalho, ele é excluído do conhecimento. (Haddad 2000)

Por essa ótica as organizações não-governamentais, no ambiente das políticas neoliberais da globalização, devem ressituar a teoria e a prática da educação popular pautadas pelo paradoxo do valor do conhecimento nas sociedades da informação e da exclusão do cidadão do acesso ao trabalho, que constitui o seu meio de inserção no mundo do conhecimento, da comunicação e da informação.

Movimentos sociais

Um movimento social pode ser entendido como uma rede de interações informais, composta por uma pluralidade de indivíduos, grupos, organizações engajados em conflito político ou cultural, com base numa identidade coletiva comum. São formas de ações coletivas reativas aos contextos histórico-sociais nas quais se inserem. As reações podem se organizar sob diferentes formas: a) denúncia, protesto, explicitação de conflitos, oposições organizadas; b) cooperação, parcerias para resolução de problemas sociais, ações de solidariedade; c)

construção de uma utopia de transformação, com a criação de projetos alternativos e de propostas de mudanças.

Um mesmo movimento, no entanto, pode abarcar as três facetas, reunindo seus diferentes elementos contestatórios, solidarísticos e propositivos. Dessa forma os movimentos são melhor entendidos como “um conjunto mais abrangente de práticas sócio-político-culturais que visam à realização de um projeto de mudança (social, sistêmica ou civilizatória), resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis. É o entrelaçamento da utopia com o acontecimento, dos valores e representações simbólicas com o fazer político, ou com múltiplas práticas efetivas.” (Scherer-Warren 1999)

Os movimentos sociais que se organizam no ambiente da globalização são melhor dimensionados, no nível analítico, quando se reconhece nas últimas décadas a formação de uma nova esfera de conflitos que se organizam nas formas recentes de desenvolvimento do capitalismo, que não pode mais ser assegurado pelo simples controle da força de trabalho e pela transformação dos recursos naturais para o mercado. O desenvolvimento capitalista atual “requer uma intervenção crescente nas relações sociais, nos sistemas simbólicos, na identidade individual e nas necessidades. As sociedades complexas não têm mais uma base ‘econômica’, elas produzem por uma integração crescente das estruturas econômicas, políticas e culturais. Os bens ‘materiais’ são produzidos e consumidos com a mediação de gigantescos sistemas informacionais e simbólicos.” (Melucci 1989)

Os movimentos nas sociedades complexas são redes submersas de grupos, de pontos de encontro e de circuitos de solidariedade que diferem de forma significativa da imagem do ator coletivo politicamente organizado. As redes de movimentos têm estrutura segmentada, reticular, policéfala e submersa, de latência. Cada nó é constituído por indivíduos autônomos em relação ao resto do movimento, mesmo mantendo uma série de relações através da circulação de informações e de pessoas. “Estas relações se tornam explícitas somente em ocasião de mobilizações coletivas e de saídas em torno das quais a rede latente ascende à superfície, para então mergulhar novamente no tecido cotidiano. A agregação tem caráter cultural e se situa no terreno da produção simbólica na vida cotidiana.” (Melucci 2001)

As ações em rede, a composição entre atores coletivos, sempre estiveram presentes nos movimentos sociais, fossem eles os dos trabalhadores (movimen-

tos sociais clássicos) ou os chamados “novos movimentos sociais”, orientados por questões éticas, de cidadania, participação política e novas formas de representação dos atores sociais ou de expressão de identidades culturais e sociais.

A idéia de rede, ultimamente associada aos movimentos sociais, tem sentido não apenas enquanto forma de organização latente, que desperta as ações dos atores para determinados pleitos e questões, mas ainda como mudança na ordem política, com a retração do Estado, suas políticas restritivas, e as novas formas de agir no mercado e na sociedade, referenciadas cada vez mais pela razão instrumental, pela individualidade e pela performance técnica. No caso de países como o Brasil, soma-se ainda a questão dos direitos de cidadania, do agir político, não exercidos por grande parcela da população, sem visibilidade e expressão nos meios de comunicação e privada do acesso ao consumo, ao emprego, educação, saúde, dentre outros bens, equipamentos e serviços coletivos.

A organização em redes de movimentos é uma forma, ao mesmo tempo, de se entenderem as novas formas de participação e mobilização na sociedade, como também uma estratégia de ordem prática e política para os movimentos sociais.

O conhecimento na organização e ação dos movimentos

De acordo com análises mais recentes, como as de H. Wainwright, centradas no papel do conhecimento produzido nas práticas de intervenção e transformação social, os novos movimentos sociais colocaram um desafio novo e diferente ao legado político do positivismo, transmitido em múltiplos espaços e tempos através do taylorismo. Este último baseia-se em uma visão restritiva do conhecimento, ou seja, de que o único conhecimento válido é o científico, e as outras formas de representar e discursar sobre a realidade uma versão incompleta da ciência, ou especulação, ou superstição. Esta concepção leva a supor que aqueles que têm conhecimento científico sabem mais e a pessoa comum é ignorante.

Essa concepção restritiva do conhecimento teve efeitos práticos importantes na administração do Estado de bem-estar e no tratamento dos usuários dos serviços como clientes passivos ou como vítimas que nada tinham a contribuir no processo de diagnóstico ou melhoria dos serviços; de maneira semelhante, dos

trabalhadores da linha de frente esperava-se meramente que executassem as ordens dos especialistas.

Em oposição a esses princípios tayloristas que marcaram os diferentes espaços institucionais da modernidade, “durante o processo de conscientização do movimento das mulheres, do movimento dos trabalhadores, em suas campanhas por saúde e segurança, e do movimento verde em suas recomendações iniciais sobre os danos ao meio ambiente, afirmou-se a importância de formas de conhecimento que geralmente não são reconhecidas na elaboração de políticas públicas.” (Wainwright 1998)

As formas de conhecimento cotidiano, implícitas nos sentimentos e habilidades da população na vivência prática dos seus problemas, deveriam ser levadas em conta, juntamente com o conhecimento profissional médico e educacional, por exemplo; ou o conhecimento histórico recolhido da memória pessoal ou de relatos biográficos que poderiam conter idéias para o desenvolvimento de uma localidade, não disponíveis ao urbanista profissional, outro exemplo.

Os movimentos tentam organizar seus próprios processos de elaboração de políticas de modo que levem em conta o conhecimento diário e as habilidades de seus participantes. Nas suas formas de se organizar e pensar, vêm demonstrando o valor de se compartilhar o conhecimento cotidiano e de combinar e testar seus pontos de vista com os do conhecimento teórico.

E, na prática mais do que na teoria, movimentos sociais como o estudantil e o dos trabalhadores, nos anos 60, e mais ainda seus desdobramentos – os movimentos das mulheres, dos ambientalistas e dos pacifistas – desafiaram os paradigmas e os métodos da ciência positivista e das ações do estado de engenharia social que lhe correspondem, e questionaram o caráter inevitavelmente progressista da ciência, valorizando o conhecimento prático e tácito, e demonstrando o caráter social de todas as formas de conhecimento, tanto o cotidiano como o científico.

No sentido da construção política da teoria e da prática do conhecimento como produto social, ou seja, da capacidade humana de saber como socialmente variável e passível de transformação, os movimentos sociais criam estratégias voltadas para a intervenção social que colocam em cena as disputas políticas e simbólicas entre diferentes cosmovisões atuantes na sociedade, onde se fazem presentes formas discursivas diversas e conflitantes entre si, por meio das quais

revela-se a polifonia de vozes do Estado, da ciência, do mercado, das entidades civis, dos grupos comunitários, das igrejas, das lideranças dos movimentos.

O terceiro conhecimento

O *terceiro conhecimento* é um conceito analítico e operacional construído no processo da pesquisa para o estudo das formas de estranhamento e de articulação entre o conhecimento prático ou de senso comum e o científico, com potencial para a formulação de novos parâmetros de produção e gestão do conhecimento na sociedade, além daqueles controlados pelo Estado ou pelo mercado.

Um dos desdobramentos previstos na fundamentação teórico-prática do conceito é a representação hipertextual da teia de sentidos construída a partir dos elos sociais e disputas cognitivas, que expressam o modo articulado de ser do *terceiro conhecimento*.

Deste faz parte o conhecimento prático, produzido pelos diferentes fazeres, trabalhos e sentidos dos agentes sociais atuando em redes de movimentos e é, portanto, parte do conhecimento como um todo, ou uma das formas modernas de conhecimento. É o sentido prático que orienta as ações dos agentes, conforme Pierre Bourdieu. Pode ser tanto a ação do hábito ou da rotina, a reprodução das instituições e modos de fazer, quanto deve ainda tornar-se, em diferentes graus, ação de transformação e invenção.

A noção de *configurações de comunicação e informação* representa as conexões entre os diferentes fragmentos do conhecimento prático e entre este e outras formas de conhecimento histórico e teórico, para construir visão ampla sobre o espaço, o tempo, as práticas e estruturas sociais, bem como organizar redes e alternativas a serem postas em andamento para a democratização das próprias formas de produção e organização do conhecimento na sociedade.

O conhecimento não é terceiro por ordem sucessória de um e dois, nem síntese dialética entre duas partes ou modalidades de saber, mas interstício, mescla, elemento compósito de provisoriidade e mudança constante entre partes que se estranham, se compõem e recompõem a cada vez.

Do ponto de vista prático, o *terceiro conhecimento* constitui-se em redor de temas e problemas que em dados momentos são adotados como relevantes pelos agentes e suas entidades como projetos de vida locais, sejam eles lutar pela me-

lhorias dos serviços de saúde, das escolas, pela manutenção de um espaço verde ou de lazer, ou na organização de atividades recreativas e culturais que reforcem os elos e as tradições das comunidades.

Nessas situações são empregados canais de comunicação diversos como as rádios e jornais comunitários, as visitas a instâncias do poder público, os meios informais como reuniões, conversas, contatos pessoais. Da mesma forma são procurados e utilizados diversos recursos de informação dentre eles documentos oficiais, notícias e matérias na mídia, informações técnicas como relatórios e orçamentos de órgãos públicos. Ao mesmo tempo se ativam as redes de contato e de apoio comunitário por diferentes meios, sobretudo os informais, onde o exercício da comunicação e da linguagem é fator básico para o esclarecimento das questões e a tomada de decisões.

Nesses enclaves, os agentes exercitam suas potencialidades individuais e coletivas e mobilizam os recursos políticos, cognitivos, comunicacionais e informacionais que são capazes de reunir e intercambiar. Nesses espaços são tecidas as relações conflituosas de constituição do *terceiro conhecimento*.

Para reconhecer o potencial político, pedagógico e informacional dessas redes de construção compartilhada do conhecimento, importa considerar que o *terceiro conhecimento* não é um produto cognitivo diferente daqueles que lhe deram origem – o popular, o científico, o prático, o político, o histórico. Nem mesmo é uma nova informação. É mais um construto de ordem prática e simbólica que permite aos agentes uma destreza técnica para lidar com questões práticas do cotidiano e, ainda mais, um meio de valorização e de fortalecimento dos elos de apoio social e das suas capacidades inventivas. Também é expediente para a construção de uma nova epistemologia social, que revela o lugar ético e político do conhecimento científico.

Para realizar a operacionalização empírica do *terceiro conhecimento*, tanto o discurso dos agentes quanto o modo como organizam suas ações adquirem relevância para o observador. Cada agente, no cotidiano das práticas e vivências nas redes de movimentos, orientados pela filosofia da educação popular, ao mobilizar recursos materiais e simbólicos, precisa levar em conta as experiências e perspectivas dos outros. Cria-se uma situação de disputa de sentidos, que traz para o campo do popular a possibilidade de realizar novas leituras a respeito do conhecimento das técnicas e das ciências, sob duas óticas distintas: a) pelo seu teor prático-informacional, para dar curso às ações e decisões; b) pelo seu teor

simbólico, como formador de dignidade e valoração humanas e da consciência de pertencimento a uma “sociedade da informação.” As disputas assim estabelecidas trazem ainda para o campo do saber científico a possibilidade de apreender e incorporar o saber narrativo da experiência de vida, do senso comum.

“*Em virtude da invariância, resistir não basta; é preciso inverter o sentido, ato de movimento.*” (Michel Serres)

As formas de conhecimento em geral têm caráter social e enraizamento histórico, contextual e político. O senso comum, saber derivado do mundo vivido, das práticas, da experiência e do convívio, toma parte nas disputas simbólicas que se travam na sociedade em torno do poder de enunciar, classificar e nomear a realidade, tanto quanto outras formas mais sistematizadas de saber como a ciência, a arte, a literatura, a política, o direito. É o que Bourdieu denomina de “lutas pelo poder simbólico.”

Encarar hoje a questão do conhecimento *da e na* sociedade carece entender que estamos vivendo um tempo em que se procura mapear uma outra possibilidade, que se cria nos entremeios e nas invariâncias das relações de dominação e seus espaços de oposição. O espaço para o terceiro, para as novas possibilidades, é o lugar e o momento da mescla, do estranhamento, do argumento e do comentário no contexto das *comunidades interpretativas* que juntam e recompõem discursos vários. Terrenos das invenções, e não apenas das inovações técnico-científicas. Da informação no sentido da difusão, mas principalmente da invenção, do movimento.

O *terceiro* em questão não se produz por amálgama de sentidos em processos de comunicação, o que seria ruído, e não informação. Cada parte que se articula no conhecimento é ela mesma um campo contraditório de sentidos, discursos e interesses. Um campo em constante tensão e intenção de transformação social.

Desse modo, desde a educação formal até os ambientes informais da educação popular, a questão do conhecimento, suas formas de distribuição, organização e acesso na sociedade está presente na ação político-pedagógica de entidades da sociedade civil, como as organizações não-governamentais, representantes tradicionais das lutas de reconstrução da cidadania e de participação popular na esfera pública.

No ambiente mais recente da globalização, a idéia de transformação da sociedade, vista nos movimentos sociais de educação popular dos anos 60 como

revolução, hoje é um debate permanente, que tem a ver com a luta pela cidadania. A educação popular de outrora, produtora de uma cidadania ativa, hoje ajuda os atores sociais a serem propulsores da sociedade, participando de lutas por melhores condições de vida, encarando seus problemas e se organizando para encaminhá-los. Além do que, no campo pedagógico formal, a idéia de conhecimento tem sido cada vez mais focada na inclusão das pessoas no atual modelo mundial de organização econômica: conhecimento para o trabalho, para o emprego, para a inserção na globalização. Caberia nesse caso aos movimentos, suas redes e entidades reimpulsionar outras dimensões do conhecimento e da educação para a política, para os direitos humanos, para a cidadania.

Referências bibliográficas

- Costa, Beatriz (2000). Pertinência, atualidade e importância política das referências da educação popular: do surgimento aos desafios atuais. In: A. C. Oliveira et al. (orgs.). *Educação popular: prática plural*. Rio de Janeiro/São Paulo: NOVA – Pesquisa e Assessoria em Educação/Rede Mulher de Educação.
- Haddad, Sérgio (2000). Apresentação. *Cadernos da ABONG, ONGs – identidade e desafios atuais*, n. 17, p. 1-2, maio.
- Marteletto, Regina M. (2001). Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan.-abr.
- . (1998). Informação e Sociedade: novos parâmetros teórico-práticos de gestão e transferência informacional. *São Paulo em Perspectiva*, Revista da Fundação Seade. São Paulo, v. 12, n. 4, p. 78-82, out.-dez.
- Melucci, Alberto (2001). *A invenção do presente; movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.
- . (1989). *Um objetivo para os movimentos sociais?* São Paulo: Lua Nova, n. 17, jun.
- Scherer-Warren, Ilse (1999). *Cidadania sem fronteiras; ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec.
- Wainwright, Hilary (1999). *Uma resposta ao neoliberalismo: argumentos para uma nova esquerda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.